



# ESTADO DO ACRE SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO POLÍCIA MILITAR

TARDE

## ALUNO OFICIAL COMBATENTE

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas e **1 (uma)** Redação, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



### TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da sua folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**



## Conhecimentos Básicos

### Língua Portuguesa

1

Observe o seguinte trecho descritivo, retirado do romance *A Condessa Vésper*, de Aluísio Azevedo, que tem por tema uma mesa de uma festa de casamento, já terminada:

“Via-se ao centro a grande mesa, devastada e abandonada, como um campo depois de medieválica peleja a ferro frio, e, no meio do destroço, dominante, e altiva, erguia-se intacta, numa apoteose de açúcar e fios de ovos, uma noivazinha de alfenim, coroada de áureos caramelos e vestida de papel de seda.

Essa ridícula boneca, que se poderia derreter com um bochecho d’água, representava, entretanto, ali, naquele centro burguês e pretensioso, nada menos que a instituição mais respeitável da sociedade, representava a família. Naquele alfenim, frágil, cândido e consagrado, havia a doçura do lar doméstico, toda a pureza do amor conjugal e também toda a fragilidade da honra de um marido”.

A estruturação desse fragmento textual descritivo mostra uma visão negativa da cena descrita, construída por um conjunto de elementos distintos. Assinale o elemento abaixo que **não** participa dessa construção negativa.

- (A) a comparação “como um campo depois de medieválica peleja a ferro frio”.
- (B) o emprego de vocábulos negativos como “destroço”.
- (C) a adjetivação pejorativa de caráter político, como em “centro burguês e pretensioso”.
- (D) uma apreciação depreciativa, como “Essa ridícula boneca, que se poderia derreter com um bochecho d’água”.
- (E) a ironia em “a instituição mais respeitável da sociedade, representava a família”.

2

Assinale a frase abaixo que está gramaticalmente correta.

- (A) A imaginação muitas vezes nos conduz a mundos que nunca fomos, mas sem ela não iremos a nenhum lugar.
- (B) Qualquer coisa que eu realmente goste de fazer é ilegal, imoral ou engorda.
- (C) Não importa onde você vá, você estará lá.
- (D) O homem que não tem vida interior é escravo do que lhe cerca.
- (E) Se eu quiser sua opinião, pedirei para você preencher os formulários apropriados.

3

Assinale a frase em que a transformação da oração sublinhada em um termo nominalizado foi feita de forma adequada.

- (A) Quando se antecipam as festas, há uma natural alegria. / Com a antecedência das festas...
- (B) Quando se fazem os adornos para os desfiles, todas as alas trabalham. / Com a feitura dos adornos...
- (C) Quando se abrem os desfiles do carnaval, toda a imprensa comparece. / Com a abertura dos desfiles do carnaval...
- (D) Quando partiram os turistas, o comércio ficou deserto. / Com a partição dos turistas...
- (E) Quando os alunos devolveram os livros, o professor ficou orgulhoso deles. / Na devoção dos livros pelos alunos...

4

Nas frases a seguir há dois termos precedidos da preposição DE, sublinhados. Assinale a frase em que essas preposições são gramaticais, ou seja, são exigências dos termos anteriores.

- (A) O primeiro dever da inteligência é duvidar dela mesma.
- (B) A inteligência é uma espécie de paladar que nos dá a capacidade de saborear ideias.
- (C) O conceito de gênio como semelhante à loucura tem sido cuidadosamente alimentado pelo complexo de inferioridade do público.
- (D) Todos pensam que deve ser divertido ser um super gênio, mas não se dão conta de como é duro lidar com todos os idiotas do mundo.
- (E) Precisar de dinheiro é uma condição dos que têm vontade de progredir.

5

Observe as frases abaixo em que aparece o verbo “ter” em lugar de outros verbos de valores semânticos mais específicos. Assinale a frase em que a substituição desse verbo por outro realiza-se de forma adequada.

- (A) A inteligência é quase inútil para quem não tem outras qualidades. / carece de.
- (B) A vida não consiste em ter boas cartas na mão e sim em jogar bem as que se tem. / organizar.
- (C) Os gênios chegam a metas que ninguém mais pode ter. / atingir.
- (D) Prefiro ser essa metamorfose ambulante do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo. / mostrar.
- (E) Não morda um prazer antes de certificar-se de que não tem um anzol oculto. / arma.

6

Assinale a frase em que houve troca indevida entre acerca / a cerca / há cerca.

- (A) O perito falou acerca da falsificação da tela.
- (B) O ponto de chegada ficava a cerca de vinte metros do monumento.
- (C) Há cerca de 200 pessoas na porta de entrada do museu.
- (D) O cientista falou a cerca de suas recentes descobertas.
- (E) Cerca de dez pessoas estavam perturbando o trabalho.

7

Assinale a frase em que a preposição *para* tem valor semântico diferente do das demais frases.

- (A) O sucesso é paralisante somente para aqueles que nunca desejaram nada mais.
- (B) Deve-se estar junto de outros para se fazer grandes coisas.
- (C) O único critério infalível de sabedoria para as mentes vulgares é o sucesso.
- (D) Se você não costuma ter sucesso de primeira, paraquedismo não é para você.
- (E) Para esse chefe, trabalho em equipe é essencial.

8

Na frase a seguir foram sublinhados vários componentes para os quais foram propostas substituições:

“O belo é uma manifestação de leis secretas da natureza, que, se não se revelassem a nós por meio do belo, permaneceriam eternamente ocultas”.

Assinale a frase em que a substituição proposta foi feita de forma **inadequada**.

- (A) o belo / a beleza.
- (B) da natureza / naturais.
- (C) se revelassem / fossem reveladas.
- (D) permaneceriam / se tornariam.
- (E) eternamente / para sempre.

9

O adjetivo pode ser substituído por algumas outras palavras ou estruturas de valor equivalente. Assinale a frase em que a adjetivação é realizada por meio de uma locução.

- (A) Um criminoso é uma pessoa sem capital para formar uma corporação.
- (B) Desonestidade é o abandono da vantagem permanente por uma vantagem temporária.
- (C) A indignação moral é uma técnica para dotar o tolo com dignidade.
- (D) Imparcialidade não é neutralidade. É parcialidade por justiça.
- (E) O que tomamos como justiça é, muitas vezes, uma injustiça cometida em nosso favor.

10

As frases a seguir mostram uma estrutura de semelhança ou comparação; assinale a frase em que essa semelhança ou comparação não aparece explicada.

- (A) A natureza é um doce guia, mas não mais doce do que prudente e justa.
- (B) Os homens deste mundo são como os grãos de café na máquina de moer: um antes, um depois, outro em seguida, todos acabam indo para o mesmo destino.
- (C) O matrimônio é como uma ratoeira; aqueles que estão presos gostariam de sair, e os outros ficam girando em volta para serem pegos.
- (D) O mundo é um palco onde atuam todos os homens e mulheres.
- (E) O mundo é como um camponês embriagado; basta ajudá-lo a montar sobre a sela de um lado para ele cair do outro logo em seguida.

## História e Geografia do Acre

11

Em 1903, o barão de Rio Branco, ministro das relações exteriores brasileiro, e o governo boliviano assinaram o Tratado de Petrópolis.

Tal tratado

- (A) oficializou a anexação da área do Acre ao Brasil, deixando de pertencer ao Peru para ser incorporado à Amazônia brasileira.
- (B) formalizou a permuta de territórios e outras compensações entre o Brasil e a Bolívia, tendo sido sancionado pelo presidente Rodrigues Alves.
- (C) reconheceu o Acre como parte da Bolívia e estabeleceu a fronteira boliviana até ao médio rio Madeira, próximo à cidade de Humaitá, no interior do atual estado do Amazonas.
- (D) assegurou a soberania da parcela ocidental do Acre ao governo boliviano, em troca da legalizados dos imigrantes brasileiros atraídos pela exploração da borracha.
- (E) selou a paz entre o Brasil e a Bolívia, com o recuo das fronteiras bolivianas a favor do Brasil, a partir dos rios Guaporé e Mamoré, passando por Beni e seguindo uma linha reta que recebeu o nome de Cunha Gomes.

12

As comemorações cívicas fazem parte da construção da identidade acreana, ritualizando e fixando na memória coletiva acontecimentos considerados significativos na trajetória histórica do Acre.

A respeito das comemorações cívicas e seu sentido histórico, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) Com relação à Revolução Acreana, é comemorado o dia 06 de agosto, data do início da batalha comandada por Plácido de Castro.
- ( ) Com relação à criação do estado do Acre, é comemorado o dia 15 de junho, data em que foi assinada a Lei nº 4.070 que criou o estado do Acre, em 1962.
- ( ) Com relação ao Movimento Autonomista de criação do Estado do Acre, é comemorado o dia 17 de novembro, data da assinatura do Tratado de Petrópolis (1903).

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

13

De acordo com o censo de 2010, residiam no estado do Acre cerca de 18 mil indígenas, ou seja, cerca de 2% da população estadual. O estado também possui indígenas vivendo em isolamento, que não foram contabilizados no recenseamento.

Adaptado de: Borges, M. F. S. O. et al. **Histórico social, demográfico e de saúde dos povos indígenas do estado do Acre, Brasil**. Ciência e Saúde Coletiva 25 (6), 2020.

Sobre as populações indígenas, suas dinâmicas demográficas e distribuição espacial, analise as afirmativas a seguir

I. Durante o primeiro Ciclo da Borracha, a chegada de novos ocupantes acarretou grande mortalidade para os povos indígenas, devido, entre outros, à transmissão de doenças para as quais eles não possuíam resistência.

II. Com a expansão da fronteira pecuária no estado na década de 1970, muitos indígenas se tornaram mão de obra servil nas atividades capitalistas dos patrões que passaram a dominar seus antigos territórios.

III. Em 2010, de acordo com os dados do censo demográfico, a maioria da população indígena acreana residia em áreas urbanas, fora das Terras Indígenas existentes no estado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

14

O Estado do Acre é drenado por extensos rios, todos pertencentes à rede hidrográfica do Rio Amazonas.

Sobre as principais características da hidrografia e da dinâmica fluvial acreana, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

( ) A rede de drenagem do estado é bem distribuída, correndo sobre rochas magmáticas, sendo comum a formação de cachoeiras.

( ) Os rios acreanos apresentam forma predominantemente retilínea com pequenos trechos meândricos, o que impede a formação de bancos de areia no leito.

( ) O fenômeno de deslizamento das margens dos canais fluviais ocorre comumente no início da vazante, quando o nível da água começa a baixar, a pressão hidrostática diminui e a água anteriormente retida nas margens é liberada.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
- (B) F – F – V.
- (C) F – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) V – V – V.

## Atualidades

15

O Acre é um dos estados com maior diversidade de fauna e flora do país e, para preservar esse patrimônio biológico, é fundamental fomentar uma aliança entre agropecuária e biodiversidade.

As afirmativas a seguir exemplificam corretamente alguns benefícios dessa aliança, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A agricultura sustentável contribui para a conservação da natureza, pois muitas funções e serviços ecossistêmicos relativos à produção de alimentos dependem da biodiversidade de plantas, animais e microrganismos.
- (B) Os sistemas agroflorestais, que aliam o plantio de árvores com culturas agrícolas, ajudam a manter a diversidade de espécies nos sistemas de produção, protegendo o solo contra a erosão e aumentando a infiltração e a qualidade da água.
- (C) A agricultura complexa e de baixo impacto concilia a conservação da natureza com a eficiência da produção agropecuária, utilizando insumos químicos direcionados para o combate das pragas.
- (D) O planejamento integrado da paisagem conecta unidades de conservação a vegetação nativa, evitando que fiquem geograficamente isoladas e preservando o ciclo hidrológico, o que é benéfico para a agropecuária.
- (E) A produtividade agrícola é potencializada pela adoção de manejos sustentáveis, pois a polinização das plantas com flores depende, em algum grau, da polinização por animais.

16

Em 2023, foi retomado o debate sobre a reforma tributária no Brasil. A proposta do Governo Federal objetiva simplificar o atual sistema tributário brasileiro, extinguindo alguns impostos para modernizar a arrecadação e favorecer a competitividade das empresas.

A respeito dos tributos vigentes sobre o consumo, alvo da reforma tributária, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ICMS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, é um tributo estadual sobre o consumo, embutido no valor de venda do produto ou serviço.
- (B) O ISS, Imposto sobre Serviços, é um tributo federal que incide sobre a prestação de serviços realizada por empresas e profissionais autônomos.
- (C) O PIS, Programa de Integração Social, é um tributo municipal usado para pagamentos de aposentadorias e gastos com assistência social de trabalhadores.
- (D) A Cofins, Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social, é um tributo estadual pago pelos microempreendedores individuais.
- (E) O IPI, Imposto sobre Produtos Industrializados, é um tributo municipal que incide sobre diversas categorias de negócios envolvidas na produção e comercialização de produtos industrializados.

17



Em 2023, a Volkswagen criou a campanha publicitária “Volkswagen 70 anos” para lançar a versão moderna da Kombi. As imagens mostram Maria Rita, filha de Elis Regina, dirigindo o veículo lançado pela montadora e, num dado momento, Elis aparece ao lado, dirigindo uma kombi original, e as duas cantam juntas *Como Nossos Pais*, de autoria de Belchior. O dueto só foi possível pelo uso de Inteligência Artificial (IA) que “trouxe à vida” a cantora morta em 1982. Enquanto muitos fãs e internautas elogiaram e se emocionaram com a propaganda, outros questionaram se é ético usar a imagem de uma pessoa que não está mais viva em um contexto fictício usando *deep fake*. O debate chegou ao Conar (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária), que abriu um processo para avaliar a peça publicitária.

Adaptado de <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx9p9x01y84o>

Com base no relato do episódio, analise as afirmativas sobre o aspecto ético do uso de imagens geradas por IA pela indústria audiovisual.

- I. O fato de a campanha não alertar os espectadores que as imagens foram produzidas com uso de IA pode gerar desinformação e distorção da realidade.
- II. A adoção da tecnologia *deep fake* na indústria audiovisual preocupa o sindicato de atores e cantores, que questionam o direito de recriar vozes e imagens de artistas que faleceram.
- III. O uso, considerado descontextualizado por uma parcela da sociedade, de uma música escrita como crítica ao regime militar levantou dúvidas sobre o direito de herdeiros autorizarem o uso da imagem/voz de uma pessoa que já morreu para recriar cenas ficcionais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

18

Em julho de 2023, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência do Mercosul por seis meses. No discurso de posse, o chefe de Estado brasileiro defendeu uma maior integração entre os países-membros, ciente dos desafios com os quais terá de lidar.

A respeito dos atuais desafios para o bloco alcançar uma maior integração, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) A finalização do acordo entre Mercosul e União Europeia tem sido dificultada pelo aumento da pressão ambiental sobre o Bloco americano e pelo protecionismo do setor agrícola de alguns membros da União Europeia.
- ( ) O acordo de livre-comércio entre Uruguai e China, que foi assinado em 2022, permite a entrada de produtos chineses no Uruguai sem pagar taxas de importação, estendendo a eliminação de barreiras tarifárias intrabloco a um país não americano.
- ( ) A reintegração da Venezuela depende de o país respeitar os acordos e tratados assumidos no protocolo de adesão ao bloco, como o compromisso com a promoção e proteção dos direitos humanos, por exemplo.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – V.
- (D) F – F – V.
- (E) V – V – V.

## Raciocínio Lógico-Matemático

19

Marco, Júlio, Lauro e César são 4 amigos que moram em um mesmo bairro. Um deles mora na Rua A, outro mora na Rua B, o terceiro, na Rua C, e o último, na Rua D.

Marco tem 12 anos de idade e é um ano mais velho do que aquele que mora na rua A. César mora na rua D. Quem mora na Rua B tem 10 anos de idade. César é 3 anos mais velho que Lauro, o mais novo dos quatro.

Sendo assim, é correto afirmar que

- (A) Marco mora na Rua B.
- (B) César tem 11 anos de idade.
- (C) Lauro mora na Rua B.
- (D) Lauro tem 11 nos de idade.
- (E) Júlio mora na Rua C.

20

Sobre o plano cartesiano há 4 pontos A, B, C e D, que definem um quadrilátero convexo. Suas coordenadas são:

A (5,0); B (7,0); C (0,24) e D (0,12).

O perímetro desse quadrilátero, em unidades de comprimento, é

- (A) 44.
- (B) 46.
- (C) 50.
- (D) 52.
- (E) 54.

**21**

Considere um conjunto unimodal de 5 números inteiros tais que:

- a média vale 5;
- a mediana vale 6;
- a moda vale 7; e
- a diferença entre o maior valor e o menor valor é 5.

O desvio padrão desse conjunto de 5 números pode ser calculado como a raiz quadrada de

- (A) 4,4.
- (B) 4,5.
- (C) 4,6.
- (D) 4,7.
- (E) 4,8.

**22**

Dados dois conjuntos finitos quaisquer M e N:

1º.  $(M - N)$  é o conjunto dos elementos que estão em M e não estão em N;

2º.  $(M \cup N)$  é o conjunto dos elementos que estão em M ou estão em N, podendo estar simultaneamente em M e N.

3º.  $(M \cap N)$  é o conjunto dos elementos que estão simultaneamente em M e em N.

Dados 3 conjuntos finitos A, B e C, pode-se afirmar corretamente que  $(A - B) \cup (B - C) \cup (C - A)$  equivale a

- (A)  $(A \cup B \cup C)$
- (B)  $(A \cup B \cup C) - (A \cap B \cap C)$
- (C)  $(A \cap B \cap C)$
- (D)  $(A \cup B \cap C) - (A \cap B \cup C)$
- (E)  $(A \cup B \cap C)$

## Informática Básica

**23**

O emprego mais comum de arquivos digitais gravados com a extensão “.csv” é em

- (A) cópias de segurança.
- (B) gravação/reprodução de áudio.
- (C) gravação/reprodução de vídeos.
- (D) importação/exportação de dados.
- (E) representação de mapas.

**24**

No Windows, é possível a um usuário, operando no computador A, assumir o controle do Windows no computador B, por meio de uma conexão de rede.

Assinale a ferramenta/aplicativo/utilitário que oferece essa funcionalidade.

- (A) Conexão de Área de Acesso Remota.
- (B) Explorador de Arquivos.
- (C) Ferramenta de Captura.
- (D) Firewall.
- (E) Gerenciador de Tarefas.

**25**

No contexto de um documento do Word 2010, observe o texto a seguir.

*João vendeu um pacote de gaze esterilizada que estava na gaveta, mas cometeu uma gafe gaseificada ao escrever gase na nota fiscal.*

Nesse cenário, considere uma busca avançada, com emprego de caracteres “curinga”, na qual tenha sido digitado, na caixa “A localizar:”, o texto a seguir.

ga?e

O número total de palavras que são localizadas no texto acima por meio dessa busca é igual a

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

**26**

No âmbito do Excel 2010, considere que a fórmula

`=SOMA(AA$1:$AB10)`

tenha sido digitada na célula Z1 de uma nova planilha e, em seguida, a mesma célula tenha sido copiada com Ctrl-C e colada, com Ctrl-V, na célula Z3.

Assinale a fórmula presente na célula Z3 depois dessas operações.

- (A) `=SOMA(AA$1:$AB10)`
- (B) `=SOMA(AA$1:$AB12)`
- (C) `=SOMA(AA$3:$AB10)`
- (D) `=SOMA(AA1:AB12)`
- (E) `=SOMA(AA3:$AB12)`

## Direitos Humanos

**27**

No âmbito de uma investigação, instaurada em razão de fundada suspeita de que agentes do Estado tinham praticado atos de tortura, foi identificado, no curso da entrevista realizada com a vítima, que ela apresentava: (1) deformações ósseas; (2) perda de cabelo; (3) miofibroses; e (4) feridas abertas.

Considerando o disposto no Protocolo de Istambul, é correto afirmar que, entre as lesões da vítima, são considerados sintomas agudos aqueles descritos em

- (A) 1, 2 e 4, apenas.
- (B) 2 e 3, apenas.
- (C) 3, apenas.
- (D) 4, apenas.
- (E) 1, 2, 3 e 4.

28

Em determinada situação do cotidiano da Faculdade de Engenharia da Universidade do Estado Alfa, o professor de cálculo informou que certo conhecimento era pressuposto indispensável à compreensão da matéria que estava explicando. No entanto, era público e notório que o referido conhecimento não era do domínio dos alunos afrodescendentes que ingressaram no ensino superior com base na sistemática de cotas. Afinal, a totalidade deles era oriunda de escolas públicas, as quais, sabidamente, como divulgado pelos meios de comunicação social, não vinham ensinando o referido conhecimento, embora o previssem como parte do conteúdo programático a ser ministrado. Acresça-se que o professor tinha pleno conhecimento dessa circunstância e era crítico ferrenho da sistemática de cotas.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar, com base na Convenção Interamericana contra o Racismo e Discriminação Racial e outras formas correlatas de intolerância, que, estamos perante uma situação:

- (A) de discriminação agravada.
- (B) de discriminação racial direta.
- (C) de discriminação racial indireta.
- (D) que não reflete qualquer irregularidade, considerando a igualdade com que o professor tratou todos os alunos.
- (E) que não reflete qualquer irregularidade, considerando que o tratamento diferenciado se exauriu na sistemática de cotas.

29

Um grupo de ativistas dos direitos humanos constatou que os direitos mais basilares dos idosos que se encontravam em instituições públicas de longa permanência, vinculadas ao Estado-membro Alfa, vinham sendo frequentemente vilipendiados.

Por tal razão, consultaram uma advogada em relação à possibilidade de a questão ser submetida à apreciação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, sendo-lhes corretamente informado que

- (A) a questão deve ser inicialmente submetida à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que poderá encaminhá-la à Corte.
- (B) somente os Estados de Direito filiados à Organização dos Estados Americanos podem submeter petições à Corte, não atores privados.
- (C) qualquer pessoa ou conjunto de pessoas, personalizado ou não, poderá submeter a questão à Corte, devendo demonstrar, em preliminar, a sua representatividade adequada.
- (D) a questão somente pode ser submetida ao Ministério das Relações Exteriores, que, aquiescendo com os seus termos, provocará a atuação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e esta última a Corte.
- (E) em relação aos atores privados, somente aqueles que tenham a natureza de associação, cujo objeto seja a proteção dos direitos humanos, podem submeter petições à Corte, não um mero "grupo" despersonalizado.

30

Ana, estudiosa da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, "Convenção de Belém do Pará", foi questionada por uma aluna em relação aos deveres assumidos pelo Estado brasileiro no âmbito dessa Convenção, mais especificamente se permaneciam adstritos a referenciais normativos ou se também se estendiam ao plano axiológico.

Ana respondeu corretamente que o Estado brasileiro

- (A) apenas avançará no plano axiológico ao coibir a violência de gênero nos planos físico, mental e sensorial, daí decorrendo a correlata prevenção à prática de ilícitos, tanto no plano geral como no especial.
- (B) não pode assumir, no plano normativo, qualquer que seja ele, obrigações que devam ser cumpridas no plano axiológico, em que não há controle sobre o processo formativo da vontade individual ou coletiva.
- (C) somente assumiu compromissos na perspectiva material, de modo a executar as tarefas pactuadas, e normativos, de modo a conferir eficácia aos compromissos assumidos, não avançando ao plano axiológico.
- (D) deve transitar apenas no plano axiológico, já que a alteração da base de valores do ambiente sociopolítico é a medida inicial que redundará no correlato cumprimento direto dos demais compromissos assumidos.
- (E) além de ter assumido a obrigação de editar padrões normativos que confirmam eficácia aos compromissos assumidos, também deve buscar modificar os padrões sociais e culturais de conduta de homens e mulheres.

## Conhecimentos Específicos

### Noções de Direito

31

João, Tenente da Polícia Militar do Estado Alfa, prestes a completar quarenta anos de idade e há quinze anos ininterruptos em serviço na corporação, decidiu que iria se candidatar ao cargo eletivo de Deputado Federal nas eleições a serem realizadas no ano seguinte.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que João

- (A) receberá licença remunerada, situação que perdurará até a proclamação dos eleitos, quando será agregado, passando para a inatividade, por ato do seu superior hierárquico, após a diplomação.
- (B) deve afastar-se da atividade mediante licenciamento *ex officio*, situação que perdurará durante o período de campanha eleitoral e, caso eleito, de exercício do mandato.
- (C) deve ser provisoriamente afastado da atividade, sem recebimento da remuneração, e, caso eleito, será agregado até o fim do mandato por ato do seu superior hierárquico.
- (D) deve se afastar da atividade, para a reserva não remunerada, situação que perdurará durante a campanha eleitoral e, caso eleito, durante o exercício do mandato.
- (E) será obrigatoriamente agregado e, se eleito, passará para a inatividade no ato da diplomação, independentemente da prática de qualquer outro ato.

**32**

Ana era seguidora da religião X, que apregoava a necessidade de realização de jejum e retiro espiritual em determinado dia da semana. Ocorre que o Município Alfa marcou justamente para o referido dia uma etapa do concurso público para o provimento de determinado cargo, da qual Ana iria participar.

Ao consultar um advogado em relação aos efeitos da incompatibilidade do dia designado para a segunda etapa do referido certame com sua crença religiosa, foi-lhe corretamente respondido que ela

- (A) deve respeitar a data designada pela edilidade, pois a liberdade de crença, enquanto projeção dos direitos da personalidade, somente se manifesta na esfera privada, não avançando nas relações com as estruturas estatais de poder.
- (B) tem o direito público subjetivo à remarcação da prova, considerando a fundamentalidade da liberdade religiosa e a ausência de lesividade ao interesse público no reconhecimento da possibilidade de realizá-la outro dia.
- (C) deve respeitar a data designada pela edilidade, somente lhe restando a opção de comparecer, ou não, à etapa do concurso público, o que decorre do princípio da isonomia, que deve reger as relações com os demais candidatos.
- (D) pode vir a realizar a etapa em dia e horário distintos dos demais candidatos, desde que isto seja razoável, se preserve a igualdade entre os candidatos e não haja ônus desproporcional para a edilidade.
- (E) pode requerer a realização da etapa do concurso em dia distinto, tendo a edilidade total discricionariedade para acolher, ou não, o seu pleito, por razões de conveniência e oportunidade.

**33**

Após amplos debates realizados com distintos segmentos sociais, foi publicada a Lei federal nº X, que dispôs sobre a redução da base de cálculo do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, no montante de R\$ 500,00 por mês, para as pessoas que acolhessem, sob a forma de guarda, criança ou adolescente órfão ou abandonado.

Por entender que a previsão normativa estava desconectada dos fins a que se destinava, o Partido Político Alfa solicitou que sua assessoria analisasse a compatibilidade material do referido diploma normativo com a Constituição da República, sendo-lhe corretamente informado que a medida adotada

- (A) avilta o princípio da igualdade, pois não se estende às situações de tutela e de adoção.
- (B) afronta a dignidade da pessoa humana, ao mercantilizar a criança e o adolescente, atribuindo-lhes um preço, não um valor.
- (C) se ajusta à determinação constitucional de que o Poder Público deve oferecer estímulos ao acolhimento descrito na narrativa.
- (D) é expressamente vedada pela ordem constitucional, ressalvadas apenas a hipótese de adoção, o que decorre da provisoriedade da guarda.
- (E) já decorre diretamente da ordem constitucional, que lhe conferiu o *status* de direito público subjetivo, tão somente reproduzido pela Lei federal nº X.

**34**

Maria ingressou com requerimento administrativo no âmbito de uma diretoria vinculada a certa Secretaria do Estado Beta. Embora estivesse amplamente alicerçado na ordem constitucional e em súmula vinculante, o requerimento, para a surpresa de Maria, foi indeferido pelo órgão competente.

Nesse caso, para que a questão possa vir a ser apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, Maria deve

- (A) ingressar diretamente com reclamação perante o Tribunal.
- (B) ingressar com reclamação, dirigida ao Tribunal, após o esgotamento das vias administrativas.
- (C) impugnar o ato perante as instâncias ordinárias e, caso não seja anulado, ingressar com recurso extraordinário.
- (D) impugnar o ato perante as instâncias ordinárias e, caso não seja anulado, ingressar com reclamação dirigida ao Tribunal.
- (E) ingressar com reclamação, dirigida ao Tribunal, após ingressar com a medida judicial cabível e exaurir os recursos sem êxito.

**35**

O ente competente almeja realizar um contrato de gestão com entidade do chamado terceiro setor, com vistas a viabilizar a transferência de recursos financeiros para projeto destinado a promover o desenvolvimento tecnológico.

Nesse caso, é correto afirmar que o mencionado instrumento deverá ser formalizado com entidade

- (A) qualificada como organização social.
- (B) que integre o serviço social autônomo.
- (C) qualificada como organização da sociedade civil.
- (D) qualificada como organização da sociedade civil de interesse público.
- (E) que não precisa ter qualificação prévia, desde que se enquadre no conceito legal de organização da sociedade civil.

**36**

Ramiro é servidor público federal estável ocupante do cargo de médico ortopedista de um hospital civil que é entidade autárquica. Imagine que ele acabou de ser aprovado no concurso da polícia militar do Estado do Acre para o cargo de 2º tenente estagiário de saúde, também para exercer a atribuição de médico ortopedista. Ele almeja acumular ambas as mencionadas funções, em relação às quais há compatibilidade de horários e respeito ao teto remuneratório.

Diante das normas constitucionais aplicáveis, é correto afirmar que Ramiro

- (A) não poderá acumular atividade militar e civil, ainda que para cargos relacionados a profissões de saúde regulamentadas.
- (B) poderá acumular os dois cargos relacionados a profissões de saúde regulamentadas, com prevalência da atividade militar.
- (C) poderá acumular atividade militar e civil, em razão do regime jurídico único federal ser o do emprego público, que pode ser exercido concomitante com a atividade militar no caso.
- (D) não poderá acumular as atribuições em questão, pois as exceções pontuais que admitem tal possibilidade exigem que os cargos sejam do mesmo ente federativo.
- (E) poderá acumular os dois cargos relacionados a profissões de saúde regulamentadas, desde que assuma a responsabilidade de dar prevalência ao cargo em que já é estável.

37

Certo órgão estadual competente, em circunstâncias normais, ou seja, sem que caracterizada hipótese de calamidade ou emergência, necessita adquirir medicamentos comuns, inseridos na lista do Sistema Único de Saúde – SUS, para fins de garantir determinado hospital público, almejando obter a melhor proposta para tanto. Além disso, há necessidade de adquirir um medicamento específico destinado exclusivamente ao tratamento de doença rara, assim definida pelo Ministério da Saúde, sendo certo que todos os medicamentos em questão possuem mais de um fornecedor, a viabilizar, portanto, a competição.

Considerando as normas sobre licitação e acerca da contratação direta previstas na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) não há possibilidade de contratação direta para a aquisição de nenhum dos medicamentos mencionados, em decorrência da viabilidade de competição.
- (B) a licitação é inexigível para todos os aludidos contratos de aquisição de medicamentos, desde que atendidas as formalidades exigidas pela lei.
- (C) a licitação é dispensável para todos os referidos contratos de aquisição de medicamentos, independentemente do valor, desde que atendidas as formalidades exigidas pela lei.
- (D) a modalidade leilão será obrigatória para a aquisição dos medicamentos em questão, na medida em que o objeto do contrato se enquadra na definição de bens comuns.
- (E) a compra dos medicamentos comuns deve ser precedida, em princípio, de licitação, que é dispensável para aquisição daquele destinado exclusivamente ao tratamento da doença rara, desde que atendidas as formalidades legais.

38

Semana passada, Eustáquio, agente público no exercício de suas atribuições, culposamente, descumpriu normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação das contas de parcerias firmadas pela Administração Pública com entidades privadas.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 8.429/92, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, é correto afirmar que Eustáquio

- (A) não praticou ato de improbidade administrativa.
- (B) praticou ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.
- (C) praticou ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- (D) praticou ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, cujo rol é taxativo.
- (E) praticou ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, cujo rol é exemplificativo.

39

Rodolfo, Sargento da Polícia Militar do Estado Alfa, estando de folga e à paisana, estacionou seu veículo em frente a uma farmácia, numa zona reconhecidamente perigosa, a fim de comprar alguns medicamentos. Contudo, deixou a arma de fogo pertencente à carga da Polícia Militar embaixo do banco do carro e nem mesmo trancou a porta do veículo ao sair. Passados 20 minutos, no interior do estabelecimento, o militar retornou ao veículo e seguiu normalmente até sua residência. Ao procurar a arma, verificou que ela não estava no local em que a deixara, e presumiu que alguém teria ingressado no carro e a subtraído. Diante desse contexto e à luz do Código Penal Militar, considerando que Rodolfo possuía autorização da autoridade superior para portar o armamento, assinale a opção que aponta o tipo penal em que, em tese, o policial militar estaria incurso.

- (A) Concussão.
- (B) Apropriação indébita.
- (C) Peculato culposo.
- (D) Prevaricação.
- (E) Dano.

40

Acerca da prescrição, nos termos do Código Penal Militar, julgue as afirmativas abaixo, marcando (V) para as verdadeiras e (F) para as falsas.

- ( ) No crime de deserção, embora decorrido o prazo de prescrição, esta só extingue a punibilidade quando o desertor atinge a idade de 45 anos, e, se Oficial, a de 65 anos.
- ( ) No caso de concursos de crimes ou de crime continuado, a prescrição é referida não à pena unificada, mas à de cada crime considerado isoladamente.
- ( ) A prescrição começa a correr, no crime de insubmissão, do dia em que o insubmisso atinge a idade de trinta anos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – F.
- (D) F – V – V.
- (E) F – V – F.

41

Vítor, Tenente da Polícia Militar do Estado Alfa, foi designado para atuar como encarregado de um inquérito policial militar instaurado para apurar suposta prática de crime de lesão corporal cometida pelo Sargento David, em face do civil Miqueias, durante uma abordagem policial.

Considerando o que dispõe o Código de Processo Penal Militar acerca do inquérito policial militar, as afirmativas a seguir estão corretas, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) A autoridade militar poderá mandar arquivar os autos do inquérito caso a conclusão do encarregado seja pela inexistência de crime.
- (B) Discordando da solução dada ao inquérito, a autoridade delegante poderá avocá-lo e dar solução diferente.
- (C) O encarregado do inquérito enviará os autos à autoridade de que recebeu a delegação, para que lhe homologue ou não a solução, aplique penalidade no caso de ter sido apurada infração disciplinar, ou determine novas diligências, se as julgar necessárias.
- (D) Estando o indiciado solto, o encarregado dispõe de 40 (quarenta) dias para a conclusão do inquérito policial militar, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.
- (E) O inquérito é sigiloso, mas seu encarregado pode permitir que dele tome conhecimento o advogado do indiciado.

**42**

A respeito da ação penal e do seu exercício, à luz do previsto no Código de Processo Penal Militar, analise as afirmativas a seguir.

- I. Qualquer pessoa, no exercício do direito de representação, poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, dando-lhe informações sobre fato que constitua crime militar e sua autoria, e indicando-lhe os elementos de convicção.
- II. No crime de entrar em entendimento com país estrangeiro para gerar conflito ou divergência de caráter internacional entre o Brasil e qualquer outro país, quando o agente for civil e não houver coautor militar, a ação penal pública será condicionada à requisição do Ministro das Relações Exteriores.
- III. Se o Ministério Público considerar procedentes as informações sobre fato que constitua crime militar e sua autoria, dirigir-se-á à autoridade policial militar para que esta proceda às diligências necessárias ao esclarecimento do fato, instaurando inquérito, se houver motivo para esse fim.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

**43**

Amália, 24 anos, conheceu Luiz, 30 anos, em uma vaquejada. Durante algumas horas, eles ficaram no local conversando e consumindo bebidas alcoólicas. Ao final da festa, Luiz convidou Amália a ir até a casa dele, tendo ela aceitado o convite. Decorridos alguns minutos, já na residência do rapaz, Amália, que estava embriagada, começou a ficar sonolenta e deitou-se no sofá. Luiz, aproveitando-se da situação, despiu a moça e manteve com ela conjunção carnal sem que ela sequer acordasse, pois estava sob forte efeito do álcool. Assim, à luz da legislação penal vigente, é correto afirmar que a referida situação amolda-se ao seguinte tipo penal:

- (A) violação sexual mediante fraude.
- (B) assédio sexual.
- (C) estupro.
- (D) estupro de vulnerável.
- (E) importunação sexual.

**44**

João, sabendo que o seu desafeto, José, passa por determinada rua todos os dias por volta das 19h, ao retornar do trabalho, resolve aguardá-lo em uma esquina, para matá-lo. No horário mencionado, João vê José e efetua cinco disparos de arma de fogo na direção do desafeto. No entanto, José não é atingido, mas sim Frederico, que surgiu ali repentinamente, e veio a óbito no local. Acerca dessa situação, podemos afirmar que João responderá por homicídio

- (A) doloso consumado em face de Frederico em concurso formal.
- (B) doloso tentado, uma vez que os disparos não atingiram a vítima pretendida.
- (C) doloso consumado em face de Frederico como se tivesse sido contra José.
- (D) culposo tentado, uma vez que não ocorreu o resultado por ele planejado.
- (E) culposo consumado em face de Frederico, vítima efetivamente atingida.

**45**

Pedro, policial militar, foi arrolado como testemunha em certa denúncia ofertada pelo Ministério Público. Conforme o Código de Processo Penal, Pedro deverá ser intimado para prestar depoimento

- (A) por edital.
- (B) por correspondência, com aviso de recebimento.
- (C) pessoalmente, por mandado.
- (D) pessoalmente, por mandado, com comunicação ao Chefe da repartição.
- (E) por requisição à autoridade superior.

**46**

Sebastião, vítima de supostas ameaças perpetradas por Jorge, apresentou representação perante o órgão do Ministério Público quanto a estes fatos. Acerca dessa situação, assinale a afirmativa correta.

- (A) O crime de ameaça, previsto no Código Penal, somente se procede mediante queixa, razão pela qual o Ministério Público deverá promover o arquivamento da representação feita pela vítima.
- (B) O inquérito policial poderá ser dispensado caso os elementos apresentados na representação habilitem o Ministério Público a promover a ação penal, e, nesse caso, oferecerá a denúncia no prazo de quinze dias.
- (C) O ofendido poderá retratar-se da representação a qualquer momento.
- (D) O Ministério Público prescinde da manifestação da vítima para promover a denúncia, já que, no crime em apreço, a natureza da ação penal pública é incondicionada.
- (E) Se a denúncia não for oferecida no prazo legal, o ofendido poderá propor queixa-crime. Sendo assim, o Ministério Público perderá a prerrogativa de intervir em todos os termos do processo.

**47**

Ana compareceu perante uma Delegacia Policial do Município Alfa que formava, junto com os Municípios Beta e Gama, a Comarca X, que tinha sede em Gama, e narrou ter sido vítima de violência doméstica, tendo sido duramente espancada por seu companheiro. Logo após finalizar a narrativa e descrever o iminente risco à sua vida, e esclarecer que era necessário o afastamento do seu companheiro do lar conjugal, constatou que o delegado de polícia não estava no local.

Nesse caso, à luz da sistemática estabelecida pela Lei nº 11.340/2006, é correto afirmar que o afastamento do companheiro de Ana do lar conjugal, tal qual alvitado por ela,

- (A) pode ser realizado pelo policial que a atendeu.
- (B) deve ser requerido por ela ao Juiz de Direito da Comarca X.
- (C) deve ser requerido, pelo Delegado de Polícia, ao Juiz de Direito da Comarca X.
- (D) pode ser realizado pelo delegado de polícia quando comparecer à Delegacia Policial.
- (E) deve ser apresentado ao Ministério Público, que irá requerê-lo ao Juiz de Direito da Comarca X.

48

João, servidor público estadual, foi condenado pela prática de crime de abuso de autoridade, de acordo com tipologia estabelecida na Lei nº 13.869/2019, sendo ainda reconhecida a sua reincidência, na sentença penal condenatória, nessa espécie de infração penal.

À luz da sistemática estabelecida na Lei nº 13.869/2019, é efeito da condenação

- (A) a perda do cargo e a impossibilidade de futuro reingresso no setor público, com o exercício de cargo, mandato ou função pública, o que deve ser declarado na sentença de maneira motivada.
- (B) a inabilitação por certo período para o exercício de cargo, mandato ou função pública, o que pressupõe que isto seja declarado na sentença de maneira motivada.
- (C) a proibição de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 (cinco) anos, independente de previsão expressa na sentença.
- (D) a perda do cargo, o que decorre diretamente da condenação, independente de previsão expressa na sentença.
- (E) a obrigação de reparar o dano causado, o que deve ser declarado na sentença de maneira motivada.

49

Maria, servidora pública estadual aposentada, que se encontrava enferma há alguns anos, foi informada, por via telefônica, que deveria comparecer pessoalmente ao departamento de recursos humanos para a realização de cadastramento, de modo que o Poder Público pudesse ampliar os mecanismos internos de controle, coibindo, com isso, eventuais fraudes.

À luz do disposto na Lei nº 10.741/2003, é correto afirmar que

- (A) pode ser exigido o comparecimento pessoal de Maria, considerando que o interesse público se sobrepõe ao particular.
- (B) pode ser exigido o comparecimento pessoal de Maria, facultando-lhe a possibilidade de se fazer representar por procurador legalmente constituído.
- (C) não pode ser exigido o comparecimento pessoal de Maria, devendo ser promovido o contato pessoal em sua residência, o que será feito por um agente público.
- (D) não pode ser exigido o comparecimento pessoal de Maria, devendo ser admitido que suas informações sejam fornecidas por qualquer pessoa que comprove vínculo de parentesco.
- (E) Maria não é obrigada a fornecer informações de ordem pessoal, aos poderes constituídos, para fins de cadastramento, o que decorre do seu direito à intimidade.

50

Um grupo de mais de dez pessoas se associara em caráter informal, de maneira estruturalmente ordenada e com divisão de tarefas, com o objetivo de realizar saques durante manifestações populares de grande proporção. O grupo foi identificado, no curso de um inquérito policial, graças à atuação de certo policial, que participou, de maneira descaracterizada, de uma das manifestações populares nas quais o grupo agiu, o que possibilitou a identificação de todos os seus integrantes. Ao tomarem conhecimento de que foram identificados da maneira descrita, os integrantes do grupo argumentaram que houve ilicitude da prova obtida.

À luz da sistemática estabelecida na legislação de regência, é correto afirmar que a prova obtida da maneira descrita na narrativa é

- (A) ilícita, salvo se requisitada pelo Ministério Público.
- (B) ilícita, pois não foi antecedida de autorização judicial.
- (C) lícita, pois o policial desempenhou o dever funcional de coibir a prática de infrações penais.
- (D) lícita, pois os fatos transcorreram em via pública, não havendo afronta à intimidade alheia.
- (E) lícita, pois foi produzida no curso do inquérito policial, com supervisão, portanto, do delegado de polícia.

## Legislação da PMAC

51

Após o falecimento de João, militar do Estado do Acre, a família, formada pelo cônjuge supérstite e dois filhos, procurou o Comandante Geral da corporação e o questionou sobre a possibilidade de ser realizada a promoção do falecido *post mortem*.

- O Comandante explicou corretamente que a promoção alvitrada
- (A) deve ser realizada se João faleceu em operação militar estadual, na preservação da ordem pública ou em consequência dela.
  - (B) somente pode ser promovida por ato excepcional do Governador do Estado.
  - (C) não é possível, pois, com a morte, o vínculo funcional de João com o Estado do Acre foi dissolvido.
  - (D) é ato discricionário do órgão competente da corporação, que decidirá conforme critérios de conveniência e oportunidade, caso João tenha falecido em operação militar estadual.
  - (E) pode ser realizada, a juízo da corporação, sempre que o militar estadual falece no exercício da função, sendo vedada a sua realização em relação àqueles afastados da função.

52

Pedro, militar do Estado do Acre, almejava realizar algumas reformas em sua casa, o que poderia dificultar o exercício de suas funções regulares. Por tal razão, consultou o Estatuto dos Militares do Estado do Acre para verificar a possibilidade de fruir uma licença para tratar de interesse particular.

Ao final de sua análise concluiu corretamente que a referida licença

- (A) não está contemplada no Estatuto.
- (B) somente pode ser concedida ao militar com mais de dez anos de efetivo serviço, por um período máximo de dois anos.
- (C) será sempre concedida com prejuízo da contagem do tempo de efetivo serviço, por um período máximo de dois anos.
- (D) deve ser concedida, uma única vez a cada decênio, pelo período máximo de três meses, ao militar que a requerer.
- (E) é regulada pelo Governador do Estado, de acordo com o interesse do serviço, e não há direito subjetivo à sua fruição.

53

Ana, recém-empossada como militar do Estado do Acre, consultou uma colega de corporação a respeito do enquadramento do controle interno no âmbito da estrutura da Polícia Militar do Estado do Acre.

A colega respondeu corretamente que o referido órgão é considerado

- (A) órgão de execução.
- (B) diretoria operacional.
- (C) órgão de direção geral.
- (D) órgão de direção setorial.
- (E) órgão de ajudância-geral.

54

Joana, militar do Estado do Acre, foi informada de que um subordinado seria transferido *ex officio* para a reserva remunerada.

Ao analisar o Sistema de Proteção Social dos militares estaduais do Acre, Joana concluiu corretamente que a referida transferência, entre outras situações, pode ocorrer se o subordinado

- (A) sendo oficial, foi condenado pela prática de crime pelo órgão militar competente.
- (B) sendo praça, foi condenado por infração administrativa pelo órgão militar competente.
- (C) for condenado pela prática de ato de improbidade administrativa.
- (D) for julgado incapaz definitivamente para o serviço militar estadual.
- (E) atingir a idade limite de sessenta e sete anos.

55

Caio, praça da ativa da Polícia Militar do Acre, com estabilidade, foi informado de que será submetido a Conselho de Disciplina por ter sido oficialmente acusado da prática de ato que afetou o pundonor policial militar.

Considerando os termos dessa narrativa e o disposto na Lei estadual nº 656/1978, é correto afirmar que Caio deve ser

- (A) passado para a inatividade *ex officio*.
- (B) apenas afastado de suas funções.
- (C) preso administrativamente.
- (D) reformado.
- (E) agregado.

56

João, oficial da Polícia Militar do Estado do Acre, foi afastado do cargo, na forma do Estatuto dos Policiais Militares do Acre, por demonstrar incapacidade no exercício de funções policiais-militares a ele inerentes. Por tal razão, foi submetido ao Conselho de Justificação.

À luz da sistemática estabelecida na Lei estadual nº 657/1978, é correto afirmar que o Conselho de Justificação, caso considere João culpado, deve

- (A) encaminhar os autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Acre.
- (B) encaminhar os autos ao Governador do Estado, que decidirá em relação à sanção a ser aplicada.
- (C) aplicar a sanção disciplinar cabível ou, na hipótese de crime, encaminhar os autos à auditoria militar.
- (D) aplicar a sanção disciplinar cabível, a ser ratificada, ou não, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre, ao qual os autos serão remetidos.
- (E) encaminhar os autos ao Governador do Estado, que, aceitando o julgamento, remeterá os autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

57

João e Maria, Policiais Militares no Estado do Acre, cada qual vinculado a uma Organização Policial Militar (OPM) distinta, teriam praticado uma infração disciplinar em concurso de agentes.

Considerando os balizamentos dessa narrativa, o agente que, na sistemática do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Acre, deve apurar ou determinar que as condutas sejam apuradas é o

- (A) Comandante Geral da Polícia Militar.
- (B) Secretário de Estado de Segurança Pública.
- (C) Comandante da OPM que primeiro conhecer dos fatos.
- (D) Comandante imediatamente superior da linha de subordinação.
- (E) Comandante de cada OPM em relação ao respectivo subordinado.

**58**

Maria, militar do Estado do Acre, foi questionada por Joana, servidora pública civil lotada na mesma corporação, em relação aos órgãos que integram a estrutura do Estado Maior Geral da Polícia Militar.

Maria respondeu corretamente que, entre os referidos órgãos, estão

- (A) o Subcomando-Geral e o Comando-Geral, sendo este último o chefe do Estado Maior.
- (B) a diretoria de recursos humanos e o Subcomando-Geral, sendo este último o chefe do Estado Maior Geral.
- (C) a auditoria interna e a diretoria operacional, sendo esta última a subchefe do Estado Maior Geral.
- (D) a diretoria operacional e o Comando-Geral, sendo este último o chefe do Estado Maior Geral.
- (E) o centro de formação de oficiais e a diretoria de recursos humanos, sendo esta última a subchefe do Estado Maior Geral.

**59**

José, militar do Estado do Acre que passou para a inatividade, almejava usar o seu uniforme, que abrange os seus distintivos, insígnias e emblemas.

Após consultar o Estatuto dos Militares do Estado do Acre, José concluiu corretamente que

- (A) só pode usar o uniforme para comparecer a solenidades militares.
- (B) o uso do uniforme é obrigatório para os oficiais militares inativos e facultativo para as praças.
- (C) pode usar o uniforme, quando autorizado, em atos sociais solenes de caráter particular.
- (D) só pode usar o uniforme se for expressamente autorizado pelo Comandante da corporação.
- (E) pode usar livremente o uniforme, já que a passagem para a inatividade não afasta o seu *status* de militar.

**60**

Ingo, militar do Estado do Acre, em uma conversa com os amigos, informou que acabara de ser publicada a sua “reversão” ao respectivo quadro.

À luz do Estatuto dos Militares do Estado do Acre, é correto afirmar, consoante a narrativa, que Ingo, em momento anterior, se encontrava

- (A) enquadrado como excedente.
- (B) aposentado voluntariamente.
- (C) reformado.
- (D) de licença.
- (E) agregado.

## Redação

---

Há fatores de nossa vida cuja decisão ou solução está em nossas mãos: agora mesmo, por exemplo, fazendo este concurso, você está dando um passo para modificar a sua vida. Não é o que acontece com dois fatores importantes: o primeiro deles, a família em cujo seio você nasce e o segundo, o país que lhe serve de pátria e é exatamente esse o tema de nossa redação:

**Quais são, hoje, as vantagens e desvantagens de ser brasileiro?**

Redija um texto dissertativo-argumentativo, de no mínimo 20 e máximo 30 linhas, em linguagem culta, em que você exponha as suas opiniões a respeito do tema, apoiando-as em argumentos convincentes.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

